

Seguridade Social: Política de Saúde, Previdência e Assistência Social.

Com a presente edição da Revista de Políticas Públicas (RPP), v.14, n.2, jul/dez 2010, o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão traz à tona um tema de especial interesse no atual contexto de crises e reformas nos marcos do capitalismo. Trata-se da tensão entre o desenho do sistema de proteção social baseado na perspectiva de solidariedade sistêmica e as mudanças que vêm alterando o campo do trabalho e desestabilizando o suporte ideológico-político (a noção de seguridade social) e material desse sistema (o Fundo Público) e cujos efeitos regressivos vêm se refletindo, com suas singularidades, em diferentes estados-nação.

Assim, no Dossiê Temático, que se constitui na primeira parte dos trabalhos apresentados nessa edição da RPP, o artigo "Reformas a los sistemas de pensiones en argentina y chile: regímenes de bienestar y seguridad social en perspectiva comparada" de autoria de Nelson Dionel Cardozo reflete sobre as mudanças em curso no sistema de proteção social em dois países latino-americanos: o Chile e a Argentina, destacando as reformas realizadas nos últimos anos, a reorientação do papel do Estado e os reflexos desses movimentos na provisão da Seguridade Social.

Em seguida, já situando a discussão sobre a realidade brasileira, José Nilton de Sousa com o artigo "Análise das condições de desenvolvimento familiar em Niterói: uso do IDF e GINI" toma como referência um estudo feito sobre a aplicação do Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) em conjugação com o Índice do GINI para a cidade de Niterói e suas respectivas áreas de ponderação (AREAP). Observa que, apesar de a cidade de Niterói ocupar a posição

de 3ª cidade de maior IDH do Brasil e 1ª no Estado do Rio de Janeiro, as condições de desenvolvimento de suas famílias acompanham as condições de desenvolvimento das AREAP, sinalizando para uma hierarquia socioespacial.

Os artigos seguintes do Dossiê Temático tratam de particularidades da Política da Assistência Social (PNAS) e da Política de Saúde (PNS) no Brasil.

Em relação à PNAS, os artigos apresentados destacam dois aspectos: a intersetorialidade e a participação. A primeira é discutida no artigo de autoria de Marizete da Penha Rui, Nayara Santos Gonçalves, Paula Aristeu Alves e Maria Lúcia Teixeira Garcia. "Entre o discurso e o desejo: a intersetorialidade nas ações dos técnicos do CRAS e da ESF de Planalto Serrano, Serra/ES.

Já a participação no processo de gestão é refletida por Sâmia Rodrigues Ramos e Simone Souza Leite no artigo: "O protagonismo do conselho federal de serviço social na (re)construção da assistência social".

A Política de Saúde é retratada em cinco artigos.

Erivã Garcia Velasco e Leana Oliveira Freitas partem da perspectiva de que o governo Lula imprimiu modificações no eixo que estrutura e orienta as políticas públicas brasileiras, para pensar a "Saúde pública e a oitava vida da agenda pública brasileira", adotando a metáfora do texto "As Sete Vidas da Agenda Pública Brasileira", do Prof. Marcus André Melo, da UFPE.

Osmar Gomes de Alencar Júnior e Guiomar de Oliveira Passos fazem uma análise do processo de descentralização da saúde no Estado do Piauí, no artigo "Estadualização da política de saúde no Brasil: a força da vontade política". O estudo que deu

origem ao texto constata a ação política deliberada do governo federal e do executivo estadual como elementos mais relevantes que as condicionalidades econômicas locais para a habilitação do Estado ao processo de descentralização.

O papel dos sujeitos sociais na gestão da PNS é também discutido no texto “A participação pública em conselhos de saúde frente à dicotomia leigos e peritos”, sendo que os autores, Joel Paese e Cláudia Regina Paese destacam os problemas da governança e do empoderamento.

Marília Patta Ramos, José Inácio Lermen, Leonardo Busatto e Jeferson de Matos centram suas análises na relevância de um projeto de intervenção governamental no seu artigo “Avaliação de impacto de políticas públicas: uma experiência com o Projeto Inverno Gaúcho da Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul”. O trabalho que deu origem ao texto foi realizado mediante a utilização do procedimento de pareamento dos municípios através da técnica do propensity score matching.

Finalizando os artigos do Dossiê Temático, em “Nascimento pré-termo: problema de Saúde Pública sobre o qual muito se fala e pouco se pesquisa e se previne no Brasil”, Marizélia Rodrigues Costa Ribeiro, Antonio Augusto Moura da Silva e Thyago Rusevelt Moraes Matteucci refletem sobre a tendência de aumento das taxas de nascimento pré-termo em municípios brasileiros, uma das principais causas de mortalidade neonatal e infantil no mundo e que ocasiona morbidades que podem persistir ao longo da vida.

Ainda no contexto do referido Dossiê, são apresentadas uma entrevista e uma resenha. A primeira feita por Salviana de Maria Pastor Santos Sousa com Maria Lúcia Werneck Vianna, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, aborda os principais aspectos que configuram a Seguridade Social como questão posta ao Estado Capitalista na contemporaneidade, particularmente, a tendência regressiva em termos da composição do fundo público com reflexos na vida dos trabalhadores.

A Resenha de autoria de Maria do Rosário de Fátima Silva, professora da Universidade Federal do Piauí, do livro de autoria Evilásio Salvador intitulado “Fundo Público e Seguridade Social no Brasil. São Paulo: Cortez. 2010.

O segundo bloco que compõe a RPP é formado por artigos que tratam de aspectos relevantes para o campo das Políticas Públicas. São quatro trabalhos, dos quais dois são referidos à questão da Reforma do Estado dos anos 1990 no Brasil, um sobre a relação entre Política Social e Direitos e o quinto relacionado ao conflito resultante das ocupações urbanas. São eles:

“Reforma do estado e suas implicações nas políticas sociais” de autoria de Rosilaine Coradini Guilherme e Vera Maria Ribeiro Nogueira procura destacar as implicações originárias da agenda reformista de Estado no aprofundamento do conflito redistributivo das atuais Políticas Sociais.

José Lúcio Alves Silveira autor de “O ajuste fiscal do governo federal entre 1999 e 2001” enfatiza o crescimento do pagamento de juros reais, que se constituiu na principal variável dos déficits operacionais entre 1999 e 2001.

De autoria de Hilda Ledoux Vargas e Elimar Pinheiro do Nascimento, o artigo. “O dilema das ocupações urbanas irregulares em áreas de preservação permanente: o caso de Feira de Santana” trata da tensão entre os conflitos resultantes de processos de ocupação irregular em áreas de preservação à expulsão da população ocupante.

Por fim, em “A invenção dos direitos sociais”, seu autor Mauro Cleber Rodrigues Martins destaca as dificuldades de implementação das políticas, enfatizando as origens da questão social e esboçando um estudo crítico da teoria das gerações de direitos e da pirâmide de Marshall.

Espera-se, com mais essa edição da RPP, cuja chamada teve ampla acolhida de pesquisadores e pesquisadoras do Brasil e do exterior, contribuir para aprofundar e qualificar o debate acadêmico-científico sobre o tema da Seguridade Social.

#### **Salviana de Maria Pastor Santos Sousa**

Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Professora Associada III com exercício no Departamento de Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA.